

# Educação Sexual e Formação do Professor - Necessidade e Viabilidade **2**

---

Tereza Cristina Pereira Carvalho Fagundes<sup>1</sup>

## **RESUMO**

A questão da educação sexual nas escolas constitui-se, sem dúvida, numa das mais discutidas atualmente e a defesa pela sua efetivação desde as séries iniciais tem sido bastante freqüente. Entretanto, constata-se que o professor que atua nesse nível de ensino não recebe preparo adequado em educação sexual durante o processo de sua formação docente (Fagundes, 1986 e Moreira, 1986). Pretendeu-se com esta pesquisa analisar a situação nos estabelecimentos de ensino público e particular de Salvador que oferecem o curso de Magistério e estabelecer uma sistemática de ação conjunta Universidade/Comunidade, na busca de soluções para o problema.

## **SUMMARY**

Sexual education in school constitutes one of the most polemic issues nowadays, and the pursuit of its implementation in the first grades of elementary school has been constant. However, it is known that the teacher that works on this level does not receive proper training in sexual education during the time of his/her formal education (Fagundes, 1986, e

---

1. Professor Adjunto IV/UFBA.  
Recebido em 02.06.93

Moreira, 1986). The objective of this research was to analyse this problem in the public and private schools in Salvador that offer the Normtl Course and establish a plan of action in conjunction with the University x Community in search of solutions for this unfortunate situation.

## INTRODUÇÃO

A visualização da pessoa em sua totalidade, desde a concepção, é princípio fundamental quando se pensa em educação sexual. A criança ao nascer tem seus sistemas orgânicos aptos a funcionar e preparando-se para atingir uma plenitude. Inere-se, por conseguinte, que as manifestações da sexualidade comecem também nesse período.

Muitos acreditam que tais manifestações surgem a partir da vida infra-uterina. Para Audollent (1983) “durante a gestação, a criança é alvo do desejo mais ou menos ambíguo de seus pais, segundo as circunstâncias que acompanharam a sua concepção. Em torno dela teceram-se laços imaginários que o nascimento reforça ou desmente. Uma vez nascida, a criança manifesta-se logo de modo diferente perante o pai e a mãe”. Nesta expectativa é importante que a criança seja acolhida pelo que é, a os pais precisam se conformar caso ela não chegue a corresponder ao seu projeto, sob pena de fazê-la pagar pela sua decepção.

O seio da família constitui, desta maneira, o contexto no qual a criança realiza a primeira identificação de si mesma, com o “outro” privilegiado que é a mãe, desde que ela esteja presente. Mais tarde alarga-se o círculo e multiplicam-se as referências aos modelos concretos de masculinidade e feminilidade que são os pais, os irmãos, as irmãs e outros elementos da família. É principalmente neste pequeno grupo que se começa a levar em conta a dimensão sexuada. Através de gestos a criança percebe o mundo e começa a compreender as pessoas a as relações. Caso esta etapa seja vivida em mas condições nenhuma iniciação ulterior explicita poderá compensá-la adequadamente.

Na maioria dos casos, as atitudes gerais dos pais como modelos e como estímulos costumam ser suficientes para que o processo de identificação sexual dos filhos comece a se desenvolver satisfatoriamente. Entretanto, chega-se a um ponto em que tais atitudes, por mais sadias e normais que sejam, já não bastam. Por volta dos 3 anos, a curiosidade sexual da criança começa a despertar e surgem as primeiras perguntas que, de certa forma, contribuem para que se possa tomar uma direção quanto à “performance” de sua educação sexual. Seus questionamentos, com o passar dos anos, se tornam cada vez mais complexos e profundos. Muitos pais pensam que, não falando da sexualidade em casa, protegem os filhos de se iniciarem cedo no sexo, ou mesmo que, com isso, possam evitar que os

mesmos despertem para taras e outros problemas sexuais. Não sabem, ou preferem ignorar, que a sexualidade é instintiva, que brota espontaneamente nos indivíduos, e deixar de orientá-los complica muito mais a situação.

Chega então a criança à escola e hoje cada vez mais cedo, devido às características do mundo atual em que as mães em sua maioria, trabalhando fora, precisam mesmo deixar os seus filhos ao encargo das escolinhas maternas...

Quem é o professor dessas escolas? Como se: deu a sua formação?

As escolas de primeiras séries comportam um quadro docente em grande parte qualificado através do Curso de Magistério, Curso Pedagógico ou Curso Normal. A educação sexual até hoje não faz parte da formação desse professor e conseqüentemente não fará, da educação de seus alunos. Oficialmente ela não é oferecida aos alunos de 1º, 2º e 3º graus, embora o Parecer 2264/74 do Conselho Federal de Educação, aprovado em agosto de 1974 a mencione como um objetivo a ser desenvolvido no programa de 2º grau. Segundo este Parecer (1967) “os alunos de 2º grau devem aprofundar conhecimentos referentes a evolução puberal, educação sexual, gestação, puericultura e saúde mental”. Mais adiante, refere-se ao fato de que a nível de 2º grau devam ser estudadas noções de venerologia e suas implicações sociais, além de conhecimentos sobre anatomia e fisiologia humana.

Uma observação ainda que pouco sistemática em guias curriculares de alguns estados, revela não constar dos objetivos propostos, nem mesmo a transmissão aos alunos, pelo menos de forma clara e direta, de informações relativas ao sexo (Barroso & Bruschini, 1982).

Em outros países, experiências têm sido feitas com educação sexual nas escolas, como se pode constatar através de Freinet (1974), Killander (1983) e Cuevas (1984) dentre outros.

No Brasil a polêmica sobre sexo nas escolas data de algumas décadas. Relata Goldberg (1984) que em 1930 já constava do currículo, mas de apenas uma escola no Rio de Janeiro. Werebe (1978) comenta uma série de tentativas de implantação da Educação Sexual no Brasil, destacando a década de 60 como bastante favorável aos programas, que mereceram apoio de alguns parlamentares, educadores e intelectuais, mas suscitaram reações de oposição em meios mais conservadores.

Segundo Goldberg (1984) “no ensino paulista, a Educação Sexual esteve restrita ou às escolas particulares ou às escolas oficiais de caráter renovador: Vocacionais e Colégios de Aplicação da USP Em termos de sistema escolar, apesar das tentativas de sua introdução através de projetos de Lei, a realidade é a do silêncio. A escola ignora a discussão sobre sexo e a

armadilha está precisamente aí porque o silêncio nada mais é do que uma sutil forma de acomodação”.

Em 1974, como já foi mencionado, o parecer 2264/74 sobre Programas de Saúde faz menção a tópicos ligados à sexualidade que entretanto, não são incluídos nos currículos escolares. Neste mesmo ano, o Conselho Social de Desenvolvimento elaborou o Plano Nacional de Saúde Materno-Infantil que previu a distribuição de pílulas anticoncepcionais para evitar a chamada gravidez de alto risco. Vê-se com tal medida o perigo da adoção de planos de educação sexual em função de objetivos restritos, no contexto de programas de controle da natalidade. É preciso que haja uma concepção mais abrangente.

Nas últimas décadas tem-se encontrado registro de experiências favoráveis à educação sexual nas escolas. Werebe (1978) constatou a existência de atividades de educação sexual em 15 estados brasileiros, através de um levantamento feito com os participantes do IV Congresso Brasileiro de Orientação Educacional, ocorrido em São Paulo, em 1976. Foram relatados 108 ensaios, 107 dos quais realizados por Orientadores Educacionais e 1 por um professor de Educação Moral e Cívica.

Abordando a dimensão da sexualidade humana refletida em aspectos valorizados pela sociedade como o trabalho industrial, acesso ao ensino superior, participação na política e outros, já em 1975 encontramos 13 artigos e 2 resenhas, cujo contexto reforça a necessidade de uma educação sexual para as crianças desde a mais tenra idade (Fundação, 1975).

Em 1979, Barroso e Bruschini (1983) integrando numa equipe da Fundação Carlos Chagas, desenvolveram um programa de educação sexual com jovens de 16 a 17 anos de ambos os sexos da periferia de São Paulo a de colégios públicos e particulares, leigos a religiosos. Este programa oportunizou aos jovens a escolha de seus próprios valores, a discussão de diferentes pontos de vista e a análise do sexo dentro de um contexto econômico, social e cultural, ressaltando a inter-relação entre a questão sexual e a questão social.

A nível de pesquisa participante Bruschini e outros (1983) realizaram um trabalho de educação sexual com um grupo de mulheres integrantes de um Clube de Mães. O projeto objetivou ainda a elaboração de folhetos educativos que compõem a série “Esse sexo que é nosso” da Fundação Carlos Chagas (1982) e constatou, mais uma vez, que “nas grandes cidades, inúmeros pequenos grupos de mulheres de baixa renda vem reivindicando água, esgoto, creches e outros benefícios considerados urgentes na comunidade... e uma das necessidades mais freqüentemente apontada é a da educação sexual”.

Esta necessidade mais uma vez se torna evidente nos resultados parciais do sub-projeto Saúde/Educação que integra o Projeto Integração Universidade/Ensino de 1º grau da Universidade Federal de Sergipe em 1982. Alunos de todas as seis escolas pertencentes ao universo de atuação do projeto demonstraram interesse em assuntos ligados à sexualidade. Para atender aos interesses levantados foram efetivados 30 encontros para grupos de alunos de diferentes séries e professores, constando de palestras, aulas e debates sobre temas de Educação Sexual (Sergipe, 1982).

Em São Paulo destacam-se a experiência de implantação do processo de orientação sexual para alunos das escolas municipais, coordenado por Marta Suplicy e os programas de orientação sexual, coordenado por Ricardo Castro e Silva, em Campinas. Em Belo Horizonte, sobressai a proposta educacional “Trabalhando com a sexualidade” do Sistema Pitágoras de Ensino, coordenada por Vilma de Souza e em Recife, o Projeto de Educação Sexual para a Comunidade Escolar, da Secretaria Municipal de Educação.

No ensino superior registra-se a inclusão no currículo da matéria Sexologia associada à disciplina Reprodução Humana, na Universidade Federal do Paraná (Andrade, 1986) e a criação da disciplina Sexualidade Humana na Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Serapião, 1991).

Tais considerações nos permitem reafirmar que a educação sexual deve começar desde a concepção, prolongar-se durante a gestação e continuar sempre, integrada ao desenvolvimento do indivíduo e recebendo o mesmo tratamento que as suas demais necessidades. É preciso preparar o adulto de hoje, que não tem educação sexual porque não a teve no curso de seu desenvolvimento. É preciso lutar para que a escola conquiste seu espaço na Educação Sexual, para resgatá-la da clandestinidade a que foi confinada. Acredita-se que um caminho deva ser através da preparação de professores; da organização de um número de pessoas capacitadas, que se encarreguem de trabalhar a nível de alunos, de pais e da comunidade, num processo gradativamente crescente.

Com a preparação de professores haverá possibilidade, ainda que a longo prazo, de se educar adequadamente as novas gerações na área da sexualidade.

Nesta perspectiva, desenvolvemos um trabalho de pesquisa-ação objetivando o planejamento e execução de uma sistemática de ação conjunta, após o diagnóstico de necessidades, em busca de subsídios para implementação de programas de Educação Sexual em cursos de formação do professor.

## **A PESQUISA: OBJETIVO, METODOLOGIA E RESULTADOS**

O objetivo central da pesquisa consistiu em diagnosticar as necessidades mais freqüentes relacionadas com a formação do professor no Curso de Magistério, visando prepará-lo para atuar convenientemente no processo de orientação sexual dos alunos.

A partir dos dados existentes na Secretaria de Educação da Bahia e no Conselho Estadual de Educação, foram cadastradas 14 instituições públicas, 21 particulares e 4 da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, que ofereciam o Curso de Magistério, dentre as quais foram selecionadas 30% para compor a amostra.

Apesar do interesse demonstrado em participar da pesquisa por parte dos professores das 39 instituições cadastradas, somente 8 nos forneceram os quadros curriculares para serem analisados (3 públicas, 4 particulares e 1 cencista).

Fazendo uma análise desses quadros, verificou-se que no Núcleo Comum há registro da disciplina Biologia ou Ciências Físicas e Biológicas, com carga horária variando de 2 horas semanais (4 instituições); 3 horas (2 instituições); 4 e 5 horas (1 instituição). Encontramos ainda: Programas de Saúde-oferecida com 1 hora semanal (6 colégios) e 2 horas semanais (2 colégios) e Educação Moral e Cívica a Educação Física/Jogos e Recreação, com a carga horária semanal de 2 horas (7 colégios) e 1 hora (2 colégios).

Sabemos que, através do estudo dessas disciplinas é possível, dentre outros aspectos, a análise e aplicação de princípios básicos de saúde no ambiente familiar, escolar e comunitário, como recurso de criação e manutenção no bem-estar do homem, abordagem a partir da qual, a nosso ver, pode-se desenvolver um programa de educação sexual.

Em contatos mantidos com docentes de Magistério, registramos, ainda que esporadicamente, a discussão de temas tais como os a seguir relacionados, muna ou noutra disciplina já mencionada e também através de sessões do Serviço de Orientação Educacional: modificações do corpo na puberdade; anatomia e fisiologia dos sistemas reprodutivos humanos; controle voluntário da reprodução; doenças sexualmente transmissíveis; gravidez, parto e noções básicas de puericultura.

O instrumento de coleta de dados sobre o professor foi um questionário, do qual constavam itens de identificação pessoal dos docentes, sua atuação no Magistério e questões relativas à sua opinião em relação a uma proposta de educação sexual para seus alunos.

Considerando a disponibilidade inicialmente demonstrada, o retorno de questionários respondidos foi muito pequeno (43%). A resistência psicológica ou emocional ao conteúdo e a pouca importância atribuída à

pesquisas desta natureza, são algumas prováveis razões para o não atendimento ao solicitado.

Como resultados do diagnóstico previsto, através das respostas ao questionário obtivemos as informações analisadas a seguir, nas quais o colégio cenequista foi incluído na categoria de público, dada a sua natureza, estrutura a funcionamento.

Como características gerais dos professores encontramos a maioria do sexo feminino, na faixa etária de 31 a 35 anos, casadas, com curso superior concluído, que tem outro emprego a são favoráveis a uma sistemática de educação sexual na escola, ou por ser uma forma de orientar crianças ou porque possibilita crescimento pessoal.

O tempo de exercício no magistério da maioria dos respondentes oscilou de 1 a mais de 15 anos. Cruzando-se variáveis, observou-se que há interferência de tempo de magistério na concordância com a efetivação de uma sistemática de educação sexual na escola. A maioria dos docentes públicos que são favoráveis têm mais de 15 anos de ensino, enquanto que a maioria dos docentes particulares com esta opinião tem vida docente de 1 a 5 anos.

Constatou-se haver uma variada natureza do curso superior concluído ou em realização, pelos docentes respondentes, havendo maior concentração de Licenciados em Pedagogia, tanto nas escolas públicas como nas particulares, dado significativo uma vez que este profissional é o que se habilita para o ensino de disciplinas do Curso de Magistério. Quanto ao 2º grau concluído, Magistério e Científico foram as habilitações mais frequentes. O cruzamento de variáveis nos acrescentou o dado de serem oriundos do curso de Administração e do Curso de Pedagogia os 2 únicos docentes que discordaram da necessidade de educação sexual na escola.

Os professores que responderam a esta pesquisa são docentes de 30 disciplinas distintas, com maioria levemente concentrada em Didática e Prática de Ensino. Verificou-se haver resposta de 84 professores, 5 Coordenadores Pedagógicos, 4 Supervisores, 2 Orientadores Educacionais, 2 Diretores, 2 Vice-Diretores, 1 Assistente e 1 Estagiária. Esses dados reforçam a idéia que se tem da sistemática de educação sexual na escola vir a acontecer independentemente da existência de uma disciplina com esta finalidade.

Foi pesquisada a opinião dos docentes quanto aos tópicos de conteúdos ligados ao estudo na sexualidade que precisam fazer parte do processo de educação sexual no Curso de Magistério e também quanto aos conteúdos para os quais eles necessitam de treinamento.

Quase todos os tópicos apresentados foram assinalados como necessários pelos docentes das instituições de ensino público, em percentu-

ais acima de 50%. Quanto à necessidade de serem treinados, os percentuais giraram em torno de 17%.

Os docentes particulares indicaram todos os assuntos como importantes para constarem de tlm programa de educação sexual no Curso de Magistério, em percentuais que variaram de 5,12 a 100%, bavendo concentração de alta preferência no item “puberdade” e nos “aspectos sociais ligados à sexualidade”. Entretanto, em 22 dos 43 itens bouve abstenção total de marcação quanto à necessidade de treinamento e baixíssimo foi o perceptual de itens assinalados. Tal evidência nos leva a supor que esses docentes se sintam mais preparados do que os de escolas públicas a discutirem tais conteúdos com os seus alunos. Mas se ambos os grupos se consideram tão preparados, por que não o fazem? Por que em suas escolas ainda não existem iniciativas na área de Educação Sexual?

Ao serem cruzadas as variáveis - Tópicos que deverão fazer parte da sistemática de educação sexual no Curso de Magistério, necessidade de treinamento e tipo do curso superior concluído, observou-se que professores com formação em Administração, Geografia, Ciências Biológicas, Ciências e Matemática, Psicologia e Licenciatura em Ciências, não assinalaram nenhum item para treinamento, enquanto que os com formação em Pedagogia e Letras foram os que mais indicaram esta necessidade. Uma questão se levanta: serão os primeiros tão preparados como se consideram ou terão os últimos um discernimento maior quanto à amplitude da problemática e a consciência da necessidade de atualização constante? Por um lado pode-se atribuir tais resultados a um maior relacionamento existente entre os profissionais de Pedagogia e Letras e o aluno do Curso de Magistério; por outro, ao fato de professores da área de Saúde se sentirem capacitados e discutirem conteúdos de Sexualidade sem contudo se alertarem para a importância da informação num contexto mais amplo como o da Educação Sexual.

Enquanto se computavam os dados para o diagnóstico previsto nesta pesquisa planejou-se, a partir de sugestões feitas pelos docentes que responderam ao questionário, um Curso de Extensão onde foram abordados temas como: Sexo - Sexualidade - Sexologia e Educação Sexual; a sexualidade nas diferentes etapas da vida; a resposta sexual humana - aspectos biológicos e psicossociais; meios de comunicação e sexualidade e problemas derivados de uma sexualidade inadequada.

Este curso culminou com o planejamento de atividades de orientação sexual pas escolas de origem dos quarenta docentes participantes. Foram elaborados projetos de uma sistemática de Educação Sexual para oito colégios da Cidade de Salvador sob nossa coordenação e acompanhamento. A etapa inicial desses projetos ocorreu ainda em 1988 e constou basicamente de atividades dirigidas à sensibilização dos alunos e de seus familiares no sentido de exteriorização de problemas concernentes à sexua-

lidade, seguida da busca de alternativas metodológicas para minimizá-los. O envolvimento de outros docentes que não participaram do curso, e da grande maioria dos alunos que avaliou como altamente positivo o processo a que estavam submetidos, foram indicadores da validade da experiência que demos continuidade em 1989 e nos anos subsequentes, através da realização de cursos para professores, encontros, oficinas e consultoria àqueles que se propõem a desenvolver atividades de educação sexual nas escolas de 1º, 2º a 3º graus.

Embora não seja possível generalizar a respeito da formação do professor do Curso de Magistério enquanto educador, no âmbito da sexualidade, dada a própria natureza da pesquisa, pudemos concluir que o objetivo do trabalho foi alcançado ao serem viabilizadas alternativas metodológicas de capacitação do professor, buscando atender as suas necessidades e de seus alunos, na discutida, controversa e fascinante área da Sexualidade Humana.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ANDRADE, R. P. A. A Sexologia na Disciplina de Reprodução Humana. In: VITIELLO, N. *Sexologia II*. São Paulo, Rocca, 1986.
2. AUDOLLENT, P. et al. *Sexualidade e Vida Cristã*. Trad. por Benômi Lemos. São Paulo, Ed. Paulinas, 1983.
3. BARROSO, C. & BRUSCHINI, C. *Educação Sexual - debate aberto*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1982.
4. \_\_\_\_\_. *Sexo & Juventude - um programa educacional*. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1983.
5. BRUSCHINI, C. et al. "Caminhando Juntas: uma experiência de Educação Sexual". *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo. (45):43-49, maio, 1983.
6. CUEVAS, L. S. *Educação Sexual*. Trad. E. C. Silva, São Paulo, Ed. Paulinas, 1984.
7. FAGUNDES, T. C. P. C. O conteúdo dos programas de Biologia Aplicada a Educação em Instituições de Ensino Superior do Brasil. *Universitas Cultura*. Salvador(35):145-156, jan/mar., 1986.
8. FREINET, C. *Para uma Escola do Povo*. Lisboa, Ed. Livraria Martins Fontes Ltda., 1974.
9. FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. *Cadernos de Pesquisa - Revista de Estudos e Pesquisas em Educação*. Nº 15, dez., 1975.
10. \_\_\_\_\_. Série "Esse sexo é que é nosso?" (Folhetos). São Paulo, 1982.
11. GOLDBERG, M. A. *Educação Sexual - uma proposta, um desafio*. 2ª ed. São Paulo, Cortez Editora, 1984.
12. KILLANDER, H. F. *Educação Sexual nas Escolas: preparar para a vida familiar*. Adapt. Mª Helena Matarazzo. São Paulo, Ed. Paulinas, 1983.

13. MOREIRA, L. M. A. Algumas considerações sobre a implantação da educação sexual nas escolas e sua aplicação na área de Ciências Biológicas. *J. Bras. Psiq.* (35):107-110, 1986.
14. PARECER 2264/74. Conselho Federal de Educação. In: ARATANGY, L. R. et al. *Programas de Saúde: projetos e temas de Higiene e Saúde*. 4ª ed. São Paulo, Nacional, 1976, pp. 143-165.
15. SERAPIÃO, J. J. “Implantação de uma Disciplina de Sexualidade Humana na Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro”. *Sexus* 3. (3):4-6, 1991.
16. SERGIPE, Universidade Federal. *Relatório do Projeto Integração Universidade/Ensino de 1º grau*. Sub-Projeto: Saúde e Educação. Aracaju, 1992, pp. 173-178.
17. WEREBE, M. José Garcia. “Implantação da Educação Sexual no Brasil”. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, (26):21-27, set., 1978.